Refundar o movimento estudantil sob uma nova cultura política

Emanuelle Kisse

08/02/2024

Em 1999, enquanto Kizomba, proclamamos a necessidade de atualizar a cultura política do Movimento Estudantil a partir da crítica à burocratização das entidades estudantis. Ao perder o horizonte revolucionário, os objetivos no movimento se confundiam: não mais se pautava a política a partir dos ideais de transformação social, mas do número de crachás e espaços de representações em entidades, em síntese, da disputa pela disputa. A artificialidade produzida pelo deslocamento das entidades estudantis da realidade dos e das estudantes criou uma falta de compreensão das diversas opressões que organizavam a vida estudantil, como também afastou os e as estudantes, que não se organizavam nas forças políticas, da construção do movimento estudantil.

É fato que muitos desses elementos permanecem atuais e que ainda hoje precisamos combatê-los no interior da dinâmica das entidades e das organizações políticas do Movimento Estudantil, contudo o que significa pautar uma nova cultura política à luz dos desafios organizativos do ME em 2024? *É sobretudo em relação a esse questionamento que vamos buscar refletir ao longo deste texto.*

Dilemas e desafios do movimento estudantil pós pandemia e a partir da eleição do governo Lula

A partir da pandemia, a Universidade deixou de ser esse espaço de encontro para formulação e construção política para os e as estudantes. Em uma conjuntura marcada pelos retrocessos sociais e políticos impostos pelo governo neoliberal e autoritário de Bolsonaro, o conjunto das organizações políticas e movimentos sociais precisaram reaprender a conduzir a dinâmica das lutas populares, através da intermediação das mídias sociais e construção de redes de solidariedade como enfoque.

Com a retomada presencial das aulas, novos desafios se apresentaram: as Universidades já não eram mais as mesmas, e o corpo acadêmico também não. A ampliação do ensino à distância, a precarização das condições de vida dos e das estudantes e os recursos escassos destinados à educação pública consolidaram para mais o desafio de reorganização estratégica para o crescimento, fortalecimento e enraizamento do Movimento Estudantil e a urgência de consolidação de uma agenda de lutas de unidade das forças políticas e sociais da esquerda brasileira.

Assim como aconteceu em períodos históricos de profundo refluxo ou até mesmo de erupções sociais – como no pós ditadura militar e no ápice da implantação neoliberal da década de 90 -, o debate sobre o papel social do movimento estudantil retoma com força máxima, fundamentalmente quando tratamos das estratégias para organização, de forma coordenada, da luta estudantil.

Naquele momento, a conjuntura impunha às trincheiras da luta social o papel de derrotar Bolsonaro e o Bolsonarismo como fator principal da agenda política dos movimentos sociais, logo do movimento estudantil. Alcançamos esse objetivo em partes ao eleger Lula à Presidência da República, com destaque para o papel desempenhado pelos estudantes. Contudo, a vitória eleitoral não significa uma imediata alteração da correlação de forças, a extrema-direita neoliberal seguiu sendo uma força social importante na conjuntura internacional e nacional, com capacidade de mobilização social e de articulação de suas agendas políticas no Congresso. Portanto, promover a sua derrota integral, à nível social e ideológico, continua sendo um dos nossos principais desafios.

Esse desafio está conectado com a capacidade das organizações e movimentos na mobilização do conjunto dos estudantes e da juventude brasileira, colocando na centralidade novamente uma profunda reflexão sobre o papel social da luta estudantil para esse período de governo Lula. E aquelas dificuldades que já sentíamos no decorrer e no pós-pandemia parecem permanecer, sobretudo na integração de novos militantes ao movimento estudantil, e na capacidade de mobilização para as lutas populares.

Assim, a partir desse cenário, compreendemos a necessidade de reorganização das bases estudantis nos CA’s, DA’s, DCE’s e UEE’s para retomada de sua capacidade de mobilização e coordenação da luta estudantil tão necessária para que possamos formar um bloco capaz de derrotar as forças fascistas e neoliberais. Contudo, para esse objetivo, é preciso ir além, é momento de profundas transformações nas práticas políticas e de retomada de nosso princípio organizativo, de nosso horizonte revolucionário na construção do socialismo democrático, é momento de refundar o Movimento Estudantil.

Refundar o movimento estudantil: 25 anos de KIZOMBA

Reorganização, reconstrução, reestruturação. Essas palavras têm sido constantemente posicionadas no vocabulário dos movimentos sociais e populares nesse período político de retomada democrática no Brasil. É o tornar à construir, é do velho fazer algo novo, é refazer tudo, é olhar e refletir atento à realidade para incidir sobre ela, é movimento. A conjuntura nos impõe esse refazer, essa alteração profunda também no movimento estudantil.

Nesses 25 anos de Kizomba nos compreendemos a partir de uma tradição política viva, sempre dispostas a reflexão crítica e a atualização programática. Pautamos em uma nova cultura política para abarcar à história não contada das lutas sociais e populares travadas por aqueles e aquelas que vieram antes de nós em nosso território, mas também para reencantar o movimento estudantil brasileira, para que este conquiste mentes e corações por meio da incorporação de novas práticas, valores, saberes e fazeres políticos.

Para a Kizomba essas novas práticas dizem respeito a capacidade de atualizar formulações a partir da realidade concentra, a horizontalidade das relações na dinâmica política, a desburocratização do movimento estudantil, o diálogo e construção ativa junto às bases estudantis, e também à coletivização de nossas

decisões. É necessário que retomemos esses princípios a tal ponto que conflua para a importante radicalização democrática no interior de nossas entidades, organização e assim reverbere por toda sociedade brasileira. Para que assim se fortaleça os valores democráticos e de autonomia rumo à construção do socialismo, através da ideia bem radical de que povo pode governar a si mesmo, gerindo suas vidas, territórios e bens comuns.

A semente me ensinou a não caber e a não terminar em mim. Que possamos levantar nosso programa, retomar nossa identidade socialista e ousar um sonhar coletivo com um outro mundo possível.

***Emanuelle Kisse** é Diretora de Direitos Humanos da UNE e militante do movimento Kizomba.*

Compartilhe nas redes: